

Brasília-DF, 16 de abril de 2026

CNTI participa da Marcha da classe trabalhadora em Brasília



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) participou, nesta quarta-feira (15), da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (**CONCLAT 2026**), em Brasília. O encontro reuniu lideranças sindicais de diversas regiões do país e foi considerado um momento estratégico para o fortalecimento da agenda trabalhista. Participaram representantes de centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos.

Entre os discursos, destacou-se a fala da presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, que enfatizou a importância da unidade entre as centrais sindicais. Ela agradeceu a presença de trabalhadores de todo o país, com menção à delegação da NCST, e reforçou o lema do evento: "Empregos, Direitos, Democracia, Soberania e Vida Digna". A dirigente também chamou atenção para o combate ao feminicídio como pauta central, defendendo a inclusão do tema nas negociações coletivas, o avanço na ratificação da Convenção 190 e a ampliação de ações conjuntas com o Ministério das Mulheres, especialmente voltadas à proteção de mulheres negras.



A mobilização também levou representantes do movimento sindical às proximidades do Teatro Nacional de Brasília, ampliando a visibilidade do ato. Durante a programação, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, destacou o caráter histórico da mobilização e afirmou que o governo encaminhou à Câmara dos Deputados um projeto de lei que prevê a redução da jornada semanal para 40 horas, com dois descansos remunerados de 24 horas consecutivas, sem redução salarial.



Representando a CNTI, o presidente José Reginaldo afirmou: "Esse exercício de luta fortalece o movimento sindical e amplia a mobilização coletiva." O secretário-geral da confederação, Nelson Bonardi, reforçou o compromisso da entidade com o diálogo institucional.

Brasília-DF, 16 de abril de 2026



Os trabalhadores fizeram uma marcha pela Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional e, na parte da tarde, o documento da classe trabalhadora foi entregue ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, com o objetivo de impulsionar políticas públicas voltadas à garantia de emprego, direitos e melhores condições de vida para os trabalhadores brasileiros.



Sindicato discute caducidade com a AGU e avalia medidas jurídicas



O presidente do Sindicato dos Eletricitários, Eduardo Anunciato (Chicão), esteve nesta terça (14) em reunião na Advocacia-Geral da União (AGU), em Brasília, para tratar da aplicação da caducidade no setor elétrico e seus impactos sobre os trabalhadores.

O encontro contou ainda com a participação do advogado-geral da União, Flavio Roman, da secretária adjunta Tahiana Viviani Vieira, e de José Reginaldo Inácio, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Durante a reunião, o Sindicato apresentou preocupações em relação à forma como a caducidade vem sendo aplicada, destacando riscos jurídicos e econômicos para os trabalhadores do setor.

Segundo Chicão, a entidade já estuda medidas jurídicas para enfrentar o problema. "A pauta tratada foi a questão da caducidade. O que nós manifestamos para a Advocacia-Geral da União (AGU) é que a gente vem estudando a possibilidade de entrar com uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), que é uma ferramenta jurídica referente ao descumprimento da Constituição Federal", afirmou.

O presidente do Sindicato também criticou o atual modelo regulatório do setor elétrico e a evolução da legislação que permitiu a aplicação da caducidade nos moldes atuais. "Ela está sendo aplicada e a gente entende que não suporta nenhum tipo de segurança jurídica para os trabalhadores. O formato que está sendo colocado, portanto, é inconstitucional", declarou.

Chicão ressaltou ainda que foram discutidos diversos pontos relacionados à complexidade do tema.

Brasília-DF, 16 de abril de 2026

“Debateremos todos os aspectos da aplicação da caducidade, os riscos envolvidos e a insegurança jurídica e econômica que ela pode causar caso seja aplicada”, completou.

A presença da CNTI reforça a articulação nacional das entidades sindicais diante do tema, que vem sendo acompanhado com atenção por representantes dos trabalhadores da indústria e, especialmente, do setor elétrico. A participação do presidente da Confederação é considerada fundamental nesse processo, uma vez que a entidade precisa integrar diretamente a construção da estratégia jurídica. Isso porque apenas a Confederação possui legitimidade para ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF), sendo que a eventual ADPF deverá ser formalmente assinada pelo presidente da entidade, José Reginaldo Inácio.

O Sindicato dos Eletricitários segue acompanhando o desdobramento das discussões e não descarta a adoção de medidas judiciais para garantir segurança jurídica e proteção aos direitos da categoria.

Fonte: Eletricitários

Centrais entregam Agenda Jurídica a Flávio Dino, ministro do STF



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, recebeu representantes das centrais sindicais em Brasília para discutir os principais desafios jurídicos enfrentados pela classe trabalhadora. A reunião contou com a presença de José Reginaldo Inácio, que representou a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), além de Miguel Torres, presidente da Força Sindical, e de Eduardo Annunciato, dos eletricitários de São Paulo.

Na conversa, os dirigentes entregaram a Agenda Jurídica das Centrais no STF e no Tribunal Superior do

Trabalho (TST) com preocupações relacionadas ao cenário atual, como a preservação de direitos, o fortalecimento da negociação coletiva e a necessidade de enfrentar práticas que fragilizam as relações de trabalho, como a pejetização.

Flávio Dino afirmou que a aproximação entre o Judiciário e o movimento sindical é fundamental para qualificar o debate institucional e contribuir para decisões mais justas, em consonância com a Constituição.

Ao fim do encontro, as lideranças reforçaram que a Agenda Jurídica das Centrais deve ganhar ainda mais centralidade como instrumento de articulação e mobilização.

Com foto e informações da Força Sindical

Fonte: NCST

O PL de Lula e quem lucra com a exaustão do trabalhador?

Resistência à jornada de 40 horas e ao fim da escala 6x1 revela pacto conservador entre elites empresariais e maioria do Congresso para manter privilégios à custa do tempo de vida dos trabalhadores.

Marcos Verlaine*

Há algo de profundamente revelador — e igualmente revoltante — na reação de setores empresariais e de parcelas expressivas do Congresso Nacional à proposta de redução da jornada para 40 horas semanais e substituição da escala 6x1 pelo modelo 5x2.

Não se trata apenas de divergência técnica ou cautela econômica. O que está em jogo é a defesa explícita de modelo de exploração intensiva do trabalho, sustentado por aliança histórica entre o capital e a política conservadora e neoliberal.

A decisão do governo de acelerar a tramitação por meio de projeto de lei em regime de urgência expõe, sem filtros, quem está de cada lado.

De um lado, trabalhadores que reivindicam o mínimo civilizatório: tempo de descanso, convivência familiar e dignidade. Do outro, bloco conservador e neoliberal, que insiste em tratar o tempo humano como variável descartável da planilha de custos.

CANTILENA DO MEDO

A grita empresarial, capitaneada por entidades como a CNI, repete roteiro conhecido: quase preguiçoso. Fala-



**Brasília-DF, 16 de abril de 2026**

se em colapso econômico, perda de competitividade, risco ao crescimento.

É o mesmo discurso que ecoou contra a jornada de 44 horas, contra o 13º salário, contra as férias remuneradas. Contra a escravidão. Repertório este que a história já desmentiu reiteradas vezes. O que se vende como “preocupação com a economia” nada mais é do que resistência à redistribuição de ganhos e à modernização das relações de trabalho.

A verdade incômoda é que parte do empresariado brasileiro ainda opera sob lógica arcaica: lucrar mais exigindo mais horas, e não produzindo melhor. Em vez de investir em tecnologia, gestão e produtividade, aposta-se na compressão do tempo de vida do trabalhador. É mais fácil explorar à exaustão do que inovar.

CONGRESSO COMO TRAVA

No Congresso, o cenário não é menos desolador. A resistência à proposta escancara a atuação de maioria informal comprometida com interesses patronais. Sob os eufemismos de “flexibilização” e “modernização”, parlamentares atuam para manter intacta a estrutura que penaliza justamente quem sustenta a economia real.

Não é coincidência que propostas semelhantes — como as PEC que tratam da redução da jornada — tenham sido sistematicamente engavetadas ou desidratadas.

Há bloqueio político deliberado, operado por coalizão que vai do Centrão (direita) à extrema-direita, sempre sob o olhar complacente — quando não incentivador — das confederações empresariais.

Esse bloqueio não é neutro. Tem lado. E esse lado é o da manutenção de privilégios.

FARSA DA “MODERNIZAÇÃO”

Os argumentos contrários à mudança ignoram, de forma conveniente, evidências internacionais e experiências concretas que apontam para ganhos de produtividade, melhora na saúde dos trabalhadores e até impactos positivos no emprego com a redução da jornada.

Ignoram também o ponto elementar: trabalhar menos não é luxo, é condição para viver melhor.

A defesa da escala 6x1, nesse contexto, beira o cinismo. Trata-se de modelo que compromete a saúde física e mental, destrói rotinas familiares e limita qualquer possibilidade de vida além do trabalho. Mantê-lo é, na prática, naturalizar a exaustão como norma.

HORA DA EXPOSIÇÃO

Ao forçar o debate via projeto de lei com urgência, o governo acerta ao expor o Congresso à luz do dia. Não haverá mais espaço para manobras silenciosas ou obstruções disfarçadas.

Cada parlamentar terá que dizer, publicamente, de que lado está: do lado de quem trabalha ou do lado de quem lucra com jornadas extenuantes.

No fim das contas, o que está em disputa não é apenas mudança na legislação trabalhista. É o próprio modelo de sociedade. Uma sociedade que aceita jornadas longas e descanso mínimo como regra é uma sociedade que normaliza desigualdades profundas, como é a norma brasileira.

A resistência à redução da jornada e ao fim da escala 6x1 não é técnica. É ideológica. E, sobretudo, é escolha política: manter o Brasil preso ao passado onde o tempo do trabalhador vale menos do que o lucro de poucos. Muito poucos.

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

Fonte: Diap

